

Caminhos e lugares do Concelho de Câmara de Lobos (13)

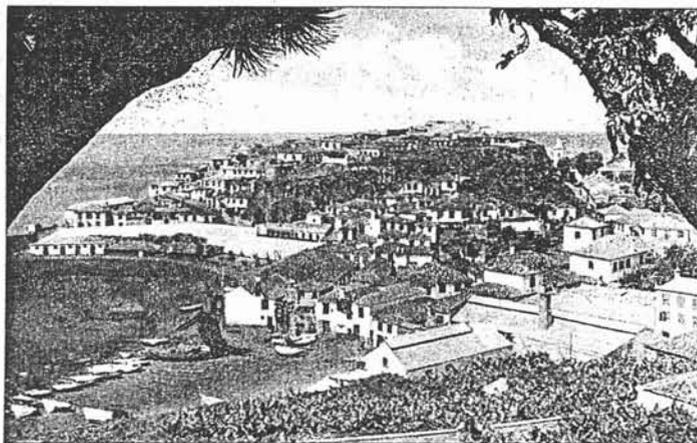
O Ilhéu de Câmara de Lobos

3 - Projectos turísticos

Apesar da pobreza e dos problemas sociais que têm ao longo dos tempos marcado o Ilhéu, a verdade é que, é ele com o casario trepando a sua escarpa, o núcleo e o segredo

de toda a beleza que a baía de Câmara de Lobos oferece ao visitante. Aliás, se fizermos um pequeno exercício mental e tentarmos excluir do nosso campo visual este rochedo,

facilmente teríamos de admitir que sem ele, provavelmente Câmara de Lobos, não se individualizaria, em termos de beleza, de outras localidades situadas à beira mar.



Postais da Baía e Ilhéu de Câmara de Lobos

Devido à sua particular beleza, desde cedo Câmara de Lobos viria a se transformar num importante centro de atracção turística, situação também grandemente beneficiada pela facilidade de comunicação com o Funchal, pese o facto do visitante ser constantemente importunado por bandos de crianças que dependurados nas suas vestes ou nos seus meios de transporte lhe pediam dinheiro.

Dado o seu grande interesse turístico é natural admitir que vários projectos tenham sido idealizados para esta vila, hoje cidade, uns envolvendo o Ilhéu e outros não.

Projectos turísticos para o Ilhéu e vila

Um dos mais antigos projectos remonta a 1916 e envolvia o aproveitamento turístico e resolução dos problemas sociais do Ilhéu. Outro, com os mesmos objectivos, ainda que substancialmente mais bem estruturado surge em 1965 e envolvia não só o Ilhéu mas também a zona do Espírito Santo e Calçada Sul.

Em 1981/82 surge um terceiro, denominado de projecto de recuperação do Ilhéu e que tal como os dois anteriores procurava conciliar o turismo com a

resolução de problemas de índole social, ainda que aqui com os aspectos turísticos relegados para um segundo plano.

Na Trincheira, as infra-estruturas constituídas pelo forno da cal e salinas, encontravam-se em 1983, segundo o Diário de Notícias de 3 de Março e de 19 de Julho na situação de cedidas à então Direcção Regional de Turismo que, na altura estudava o seu aproveitamento para apoio a uma zona de lazer.

Em Novembro de 1990, é apresentado na Câmara Municipal de Câmara de Lobos um projecto da autoria do arq. Paulo Rosalino para a zona da Trincheira. Nele previa-se a construção de uma infra-estrutura hoteleira denominada de Churchill Village. Esta unidade, em forma de vila seria constituída por cinco blocos de 2 a 3 pisos superiores com uma capacidade para 120 a 130 quartos. Na sua plataforma atlântica estava prevista a instalação de um solário, piscinamar, acesso ao mar, áreas e espaços de convívio e lazer para hóspedes.

Nos primeiros dias de 1991, era a vez do Arq. Tomás Taveira também apresentar um projecto turístico, desta vez para parte oeste da praia do Vigário e que previa a cons-

trução de um hotel de 5 estrelas, com 350 quartos e mais 100 apartamentos destinados a time-sharing. Apesar de se ter chegado a celebrar um contrato-promessa de cedência de terreno, por parte da Câmara Municipal de Câmara de Lobos, esta iniciativa foi fortemente contestada, pelo que, atrasos na apresentação do referido projecto haveriam de ser aproveitados pela autarquia, para romper o contrato que antes celebrara com o arquitecto e que tão incómodo se havia tornado.

Já no decurso de 1998, curiosamente a anteceder o concurso de ideias para a frente-mar de Câmara de Lobos promovido pela Câmara Municipal, surge um outro projecto turístico. Fortemente divulgado quer na imprensa escrita quer na televisão sob a forma de publicidade, destinava-se a ocupar o espaço onde funcionou a Empresa de Seragens da Madeira junto ao varadouro, espaço acerca do qual era voz corrente ouvir-se, durante muitos anos, dizer que se destinaria a uma zona de lazer pública.

O projecto turístico de 1916

Segundo o Diário da Madeira de 19 de Janeiro de 1916, a primeira localidade

que gozou do privilégio da viação rápida, a vila de Câmara de Lobos, continua a ser, à parte de pequenas modificações materiais, uma estância desprezada e é sem dúvida com excepção do Monte a mais frequentada por turistas.

Câmara de Lobos não tem hotel nem mesmo um restaurante, estabelecimentos que já deviam ter sido criados para comodidade do estrangeiro e fomento da indústria do turismo, único meio de tornar menos angustiada e miserável a vida desta pobre gente.

Como forma de resolver este problema e simultaneamente também o saneamento do ilhéu, o Diário da Madeira aponta como solução a aquisição dos terrenos do Ilhéu pela Junta Agrícola, criando condições por um lado para aí construir um hotel e, por outro, com a transferência dos seus habitantes para outros locais, lhes resolver a situação degradante e sub-humana em que viviam.

Nesta mesma edição, o Diário da Madeira dá ainda conta de que para garantia da higiene e da moral tinham sido apresentados vários alvites à cerca do caminho-a seguir com respeito ao saneamento do bairro imundo do ilhéu, ponto negro a enodar a vila de Câmara de Lobos.

Contudo, esses alvites entre os quais havia um que propunha o arrasamento do montão informe de rocha sobre que assentava o ilhéu não haviam conseguido ter uma realização prática. Segundo afirmava ainda o mesmo órgão de informação, ninguém queria ter a coragem de expropriar o terreno e ir fazer sair lentamente dessas pocilgas infectas, os seres viventes que quase nenhuma noção têm das coisas e que ali vegetam desprotegidas socialmente, sem que no seio de qualquer corporação pública se lance a iniciativa de um melhoramento material que vai beneficiar a existência dos habitantes daquele morro. Contudo, adiantava ainda este órgão de informação, que havia surgido outra iniciativa, ou seja, uma proposta presente numa das sessões da Comissão Executiva da Junta Agrícola da Madeira propondo a expropriação dos terrenos do ilhéu com o acondicionamento de que dentro da sua área pudesse ser construído um hotel ou um sanatório, melhorando-se desta forma a situação do local sob o ponto de vista de higiene e moralidade pública.

No entanto pese o facto de pertencer a este organismo as questões relacionadas com o turismo, o Diário

ressalvava que não ia ao ponto de pedir que a Junta Agrícola realizasse a ideia de construir com urgência um hotel no cabeço do morro, não porque a situação do local não fosse esplendida para uma obra desta natureza. Afinal, estes terrenos gozavam de uma situação privilegiada, esplendida, dominando o mar e a terra e recebendo a viração marítima. Essa expropriação segundo o mesmo Diário, daria começo ao trabalho de ir fazendo afastar para outros pontos, disseminados por aqui e por ali os seus habitantes, podendo ao mesmo tempo a Câmara auxiliar a obra de saneamento levantando em vários locais habitações higiénicas e baratas.

Provavelmente para amenizar eventuais reacções a esta proposta o Diário da Madeira adiantava que seria mais sob o aspecto de saneamento que esta proposta havia sido efectuada à Junta Agrícola.

O projecto turístico de 1965

Uma outra proposta de aproveitamento turístico não só do ilhéu de Câmara de Lobos como também do chamado Espírito Santo e Calçada Sul, onde se incluiu a Trincheira surge em 1965 pela mão do arquitecto António Teixeira Guerra

para o Gabinete de Estudos e Planeamento do Comissariado para o Turismo.

Segundo este estudo, defendido pelo Eng. Rui Vieira a 21 de Março de 1967 na então Assembleia Nacional onde era deputado, procurava-se implementar o turismo nestes locais, num projecto harmonioso onde se integrava a resolução de toda a problemática social do Ilhéu e não só.

Sem apresentar o radicalismo do de 1916, o que também não era possível pelo número de habitações que desde essa altura surgiram, este projecto tinha o duplo objectivo de permitir, por um lado a oportuna imposição de uma adequada disciplina de conservação e aproveitamento dos excelentes recursos turísticos existentes nesta zona e, por outro lado, a estruturação e promoção de medidas tendentes ao saneamento de condições locais de ordem urbanística e social que além de serem degradantes e já por esse motivo merecerem correcção representam também para o turismo um factor repulsivo e impeditivo de um aproveitamento condigno quer do ponto de vista local, quer das zonas contíguas.

Adiantava ainda o texto do Arq. Teixeira Guerra, transcrito por Rui Vieira, que a necessidade e urgência de atender tanto aos aspectos negativos, como positivos da situação existente logo se impôs ao verificar-se que, estando situada a uns escassos quilómetros do Funchal, a vila de Câmara de Lobos goza de uma posição privilegiada em relação à zona turística de grandes potencialidades que se desenvolve ao longo do litoral da Ilha, entre estes dois núcleos urbanos.

Na opinião do Dr. Nápóles Sarmento dos Serviços Técnicos de Salubridade, da Direcção Geral de Saúde que havia visitado a Madeira em Janeiro de 1967, expressamente para apreciar os aspectos da insalubridade do Ilhéu e Espírito Santo e Calçada Sul, o conjunto paisagístico oferece, visto de longe, um aspecto de particular beleza e interesse para o qual contribuem as próprias características de algumas das construções habitacionais, e o seu arranjo no pequeno espaço que ocupam, pelo que não causa realmente estranheza que a indústria turística possa aspirar ao

seu aproveitamento. Contudo paralelamente à beleza desta localidade contrapõe os aspectos negativos em termos de salubridade. Segundo ele, *as condições de salubridade em que vivem estas populações são particularmente deploráveis*. Salientava ainda este médico que conhecia muitos bairros miseráveis, mas nunca como neste havia visto tão grande densidade populacional. A este propósito convirá referir que, nesta altura, no hectare de extensão do Ilhéu viviam 1507 habitantes pertencentes a 230 famílias, o que estatisticamente corresponderia a 7 habitantes por fogo e a cinco habitantes por quarto.

Segundo o Eng. Rui Vieira no seu discurso na Assembleia Nacional, partindo destas duas realidades patentes na zona costeira da baía de Câmara de Lobos: o seu alto interesse para o turismo e a absoluta urgência de dar aos problemas sociais e demográficos a melhor solução, havia sido arquitectado um esquema através do qual os sítios do Ilhéu e do Espírito Santo e Calçada Sul seriam totalmente saneados e as curiosas moradias higienizadas com o objectivo de aí se criar um núcleo turístico de grande poder de atracção; e por outro lado, a maior parte da população actual será transferida para novas moradias mais numerosas e mais amplas num bairro social a construir nos terrenos que a Junta Central da Casa dos Pescadores tem em vista para esse fim, ou por ventura nesses e noutros terrenos, ainda mais apropriados e extensos como os do espaço lido da Ribeira dos Socorridos, quando devidamente protegidos e arranjados.

Entretanto segundo Rui Vieira desde Outubro de 1966 uma equipa multidisciplinar já se encontrava a trabalhar no Ilhéu com o objectivo de procurar elevar o nível social e educacional da população. Por outro lado, na altura, já se teriam mesmo realizado reuniões com representantes de vários organismos no sentido de serem coordenados todos os esforços no sentido de se avançar na melhor solução do problema social e turístico de Câmara de Lobos. Alertava, contudo Rui Vieira, que este plano que iria conduzir à criação de um centro turístico em Câmara de



Outra imagem que tem corrido mundo

Lobos destinado ao aproveitamento das extraordinárias condições daquela pequena área que envolvia a baía, necessitava do bom acolhimento dos governantes nacionais, uma vez que a dimensão do projecto excedia as possibilidades locais.

A propósito do trabalho de valorização humana que estavam a ser feitos no Ilhéu, Rui Vieira dizia que era importante que fosse continuada, afim de que não voltasse a suceder, quanto a promiscuidade e baixo nível educacional e sanitário, o que se estava a passar no momento. Afinal, segundo ele, não se tratava só de dar às famílias, novas e boas condições físicas de habitação, mas sobretudo educá-las e prepará-las para que as soubessem receber, usar e conservar.

Curioso! Trinta anos depois, o pensamento do Eng. Rui Vieira, permanece ainda e infelizmente, com toda a actualidade! Relativamente a este projecto turístico, Rui Vieira defendia que apesar de só se tornar viável após a

resolução do problema social, havia que tomar algumas medidas como: defesa da paisagem e dos conjuntos urbanos típicos enquanto que tal protecção não pudesse ser feita mediante planos de regulamentação apropriados; início dos estudos sobre os aspectos jurídicos de eventuais expropriações a efectuar nos sítios do Ilhéu e Espírito Santo e Calçada Sul, bem como sobre a eventual constituição de uma sociedade de capitais mistos tendo em vista a sua exploração para fins turísticos, etc.

Relativamente à constituição da empresa destinada à exploração da ALDEIA TURÍSTICA DE CÂMARA DE LOBOS - empresa onde segundo admitia, poderiam vir a ser accionistas os na altura proprietários das casas e terrenos, bem como o próprio Município - haveria que realizar importante campanha promocional por forma a angariar os necessários capitais.

Com efeito, este empreendimento, que corresponderia a cerca de 50% da

oferta madeirense da altura, em termos de camas, envolveria no seu todo 650 camas nas casas dos pescadores do Ilhéu e Espírito Santo e Calçada Sul e 300 camas em dois hotéis a construir nos mesmos sítios, para além de piscinas, restaurantes, recintos de divertimentos, zonas comerciais etc.

O projecto de recuperação do Ilhéu

Abandonado o projecto de 1965, em 1981/82 com o advento da saída de inúmeras famílias para o bairro do Espírito Santo e depois para o Bairro da Torre tem início um projecto destinado à recuperação do bairro do Ilhéu. Procurando recuperar algumas das suas habitações e simultaneamente permitindo que se criassem algumas infra-estruturas de natureza social e espaços de natureza turística, este projecto era, por assim dizer, o retomar de velhos projectos, ainda que adaptados à realidade do momento.

Pená é que, este processo

de recuperação não se estija a fazer com a celeridade desejada e que, por esse facto, ainda não seja possível explorar todas as suas potencialidades turísticas.

De qualquer forma, enquanto não é possível imprimir na sua recuperação um maior ritmo, talvez ajudassem a melhorar a qualidade das fotografias ou a impressão que os turistas levam do Ilhéu quando nele entram; um pouco de tinta nalgumas das suas casas, maior aposta na limpeza das suas ruas e menos fios eléctricos e de telefone no céu. Isto naturalmente para não levantar a questão da eventual necessidade ou não de, passados que são tantos anos, se voltar a re-examinar todo o processo de recuperação e efectuar eventuais acertos, até porque estão em curso ideias para a frente-mar de Câmara de Lobos onde se integra o Ilhéu. Afinal de contas, infra-estruturas houve que tendo sido criadas no âmbito deste projecto, nomeadamente as destinadas a apoio turístico da rua Nova da Praia já se revelaram desadequadas.

Tudo depende naturalmente da dimensão e do tipo de intervenção que se pretende fazer na diminuta frente-mar camaralobense: se uma profunda cirurgia plástica ou uma simples maquilhagem! ■

Manuel Pedro Freitas

Bibliografia:

Programa de Promoção Social Comunitária. Diário da Madeira, 15 de Outubro de 1966.

Programa de Promoção Social Comunitária. Eco do Funchal, 23 de Janeiro de 1967.

Programa de Promoção Social Comunitária para o Distrito do Funchal. Eco do Funchal, 11 de Setembro de 1967.

Programa de Promoção Social Comunitária. Jornal da Madeira, 12 de Junho de 1970.

Discurso do Deputado Eng. Rui Vieira sobre o aproveitamento turístico de Câmara de Lobos. Jornal da Madeira, 30 de Março de 1967.

WILHELM, Eberhard Axel. **O Concelho de Câmara de Lobos entre 1850 e 1910 visto por alguns Germanícos.** Girão-Revista de Temáticas Culturais do concelho de Câmara de Lobos, nº5, 2º semestre de 1990.

FREITAS, M. Pedro. **Colégio da Preservação em Câmara de Lobos.** Girão-Revista de temáticas culturais do concelho de Câmara de Lobos, nº8, 1º Semestre, 1992, 387-390.

Boletim Municipal da Câmara Municipal de Câmara de Lobos, Ano 1, nº6, Agosto/Setembro de 1995.



Sem a Baía e o Ilhéu Câmara de Lobos não seria a mesma